



1 CORREÇÃO PROVA DE CONTABILIDADE GERAL ICMS-RO

1) (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)

51

Uma sociedade empresária apresentou, em 01/01/2017, saldo de R\$ 10.000 em seu estoque. Já em 31/12/2017, o saldo era de R\$ 14.000. Além disso, a sociedade empresária demora, em média, 80 dias para vender o seu estoque e 50 dias para receber as suas vendas a prazo.

Assinale a opção que indica o valor médio de duplicatas a receber de clientes em 2017, dado que o custo das mercadorias vendidas representou, em 2017, 50% da receita de vendas.

(A) R\$ 3.750.

(B) R\$ 7.500.

(C) R\$ 15.000.

(D) R\$ 17.500.

(E) R\$ 24.000.

10.000

80 dias - P Receber
50 dias - P Venda

Comentários:

A questão exige o conhecimento da rotação de duplicatas a receber. A fórmula é a seguinte:

RDR: Vendas a prazo/média de duplicatas a receber

Temos o seguinte:

01.01.2018 – Estoque → 10.000

31.12.2017 – Estoque → 14.000

Prazo para vender o estoque: 80 dias

Prazo para receber as vendas: 50 dias

CMV = 50% das receitas

Estoque médio = (Estoque inicial + Estoque final)/2 = 24.000/2 = 12.000,00

Rotação de estoque = CMV/Estoque médio

Como o estoque se renova a cada 80 dias (prazo médio da rotação do estoque), temos que o estoque roda:

Prazo médio de rotação de estoque = 360/80 = 4,5

Rotação de estoque = CMV/Estoque médio



$$4,5 = \text{CMV}/12.000$$

$$\text{CMV} = 54.000,00$$

CMV = 50% das receitas de vendas.

Logo,

$$54.000 = 0,5 \times \text{receita de vendas}$$

$$\text{Receita de vendas} = 108.000$$

Agora, continuando...

Se ela demora 50 dias para receber as suas duplicatas, este é o prazo médio de duplicatas a receber. Significa que ela roda todas as suas duplicatas a cada 50 dias:

$$\text{Prazo médio de duplicatas a receber} = 360/\text{Rotação de duplicatas a receber}$$

$$50 = 360/\text{Rotação de duplicatas a receber}$$

$$\text{Rotação de duplicatas a receber} = 360/50 = 7,2$$

Por fim:

$$\text{Rotação de duplicatas a receber} = \text{vendas}/\text{prazo}/\text{média de duplicatas a receber}$$

$$7,2 = 108.000/\text{Média de duplicatas a receber}$$

$$\text{Média de duplicatas a receber} = 108.000/7,2$$

$$\text{Média de duplicatas a receber} = 15.000$$

Gabarito Preliminar → C.

2) **(FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)** Em 01.01.2017, uma empresa adquiriu uma autorização para exploração da rota entre São Paulo e Brasília por R\$ 100.000,00. A autorização pode ser renovada a cada 4 anos e a companhia aérea sinaliza que deseja a renovação nas próximas oportunidades. A renovação de autorização de todas tem custo insignificante para a empresa.

Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil da autorização de rota pela empresa aérea, no momento em que adquiriu a autorização e nos anos seguintes.

a) Reconhecimento de despesa operacional de R\$ 100.000,00

b) Reconhecimento de R\$ 25.000,00 no ativo circulante e de R\$ 75.000,00 no ativo realizável a longo prazo. Deve-se reconhecer despesa operacional de R\$ 25.000,00, ao final de cada um dos próximos quatro anos.

c) Reconhecimento de R\$ 100.000,00 no ativo realizável a longo prazo, Deve-se reconhecer despesa operacional de R\$ 400.000,00, após quatro anos.



- d) Reconhecimento de um ativo intangível no valor de R\$ 100.000,00, que não deve ser amortizado.
- e) Reconhecimento de um ativo intangível no valor de R\$ 100.000,00. Deve-se reconhecer amortização de R\$ 25.000,00, ao final de cada um dos próximos quatro anos.

Comentários:

Pessoal, essa questão é difícil, e foi extraída de um exemplo previsto no CPC 04:

Exemplo 6 - autorização de rota de linhas aéreas adquiridas entre duas cidades que expira após três anos

A autorização de rota pode ser renovada a cada cinco anos, e a entidade adquirente pretende cumprir as regras e regulamentos aplicáveis que envolvem a renovação. As renovações de autorizações de rota são rotineiramente concedidas a um custo mínimo e historicamente têm sido renovadas quando a linha aérea cumpre as regras e regulamentos aplicáveis.

A entidade adquirente espera utilizar a rota entre as duas cidades indefinidamente a partir dos seus aeroportos centrais e espera que a infraestrutura de suporte relacionada (utilização de portões de aeroporto, slots e locações de instalações de terminais) continue a funcionar nesses aeroportos enquanto tiver a autorização de rota. Análises da procura e dos fluxos de caixa suportam esses pressupostos.

Dado que os **fatos e as circunstâncias suportam a capacidade da entidade adquirente para continuar a fornecer serviços aéreos indefinidamente** entre as duas cidades, o ativo intangível relacionado com a autorização de rota **é tratado como tendo vida útil indefinida**. Portanto, **a autorização de rota não seria amortizada enquanto a sua vida útil não fosse determinada como definida. (Esse é o ponto central da questão).**

Portanto, nosso gabarito é "D", pois a questão informa que a companhia aérea sinaliza a intenção de renovar a autorização de rota nos próximos anos e essa renovação possui custo insignificante para a entidade. Portanto, o Ativo Intangível deve ser reconhecido por **R\$ 100.000,00 e não deve ser amortizado.**

Gabarito Preliminar→D



3) **(FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)**

A Cia. Dado apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/2016.

Ativo		Patrimônio Líquido	
Caixa	100.000	Capital Social	150.000
Estoques	50.000	Reserva de Ágio	50.000
Terreno	80.000	Reserva de Lucros	30.000
Ativo Total	230.000	PL Total	230.000

Em 2017, aconteceram os fatos a seguir.

- Em 01/01, a empresa aplicou R\$ 30.000 em uma aplicação financeira de longo prazo com rendimento de 2% ao ano;
- A empresa vendeu o terreno por R\$ 70.000;
- A empresa reconheceu receita de serviços no valor de R\$ 300.000 para recebimento em 2018. A empresa considera perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de 3%.
- A empresa reconheceu e pagou despesas de aluguel no valor de R\$ 12.000;
- A empresa reconheceu e pagou despesas de salários no valor de R\$ 30.000, sendo que R\$ 20.000 para empregados próprios e R\$ 10.000 para terceirizados;
- A empresa reconheceu e pagou imposto sobre a renda de 34%;
- A empresa reconheceu e pagou dividendos de 25% sobre o resultado de 2017 e dos anos anteriores, que não haviam sido reconhecidos.

Sobre a divisão do valor adicionado, a distribuir em 31/12/2017, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os financiadores receberam R\$ 12.600.
- (B) Os sócios receberam R\$ 47.034.
- (C) O governo recebeu R\$ 81.464.
- (D) O governo recebeu R\$ 92.344.
- (E) Os sócios receberam R\$ 165.636.

Comentários:

Uma questão de Demonstração do Valor Adicionado. Para resolvê-la devemos encontrar, primeiro, o Lucro Líquido do Exercício. Vamos efetuar a apuração do resultado, sem seguir a estrutura da DRE, para ganharmos tempo.

Apuração do Resultado do Exercício	
(+) Receita Financeira	R\$ 600,00
(-) Venda do Terreno	-R\$ 10.000,00
(+) Receita de Serviços	R\$ 300.000,00
(-) Perdas estimadas	-R\$ 9.000,00
(-) Despesas de Aluguel	-R\$ 12.000,00



(-) Despesas de Salários	-R\$ 30.000,00
= Lucro Antes do IR	R\$ 239.600,00
Impostos de Renda (34%)	-R\$ 81.464,00
Lucro Líquido	R\$ 158.136,00
Dividendos (25%)	R\$ 39.534,00

Agora, vamos elaborar a DVA:

1 – Receitas	R\$ 281.000,00
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	R\$ 300.000,00
1.2) Outras receitas-Resultado Não Operacional (venda do terreno)	-R\$ 10.000,00
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão/Constituição	-R\$ 9.000,00
2 – Insumos adquiridos de terceiros	R\$ 10.000,00
2.3) Remuneração de Terceiros	R\$ - 10.000,00
3 – Valor adicionado bruto (1-2)	R\$ 271.000,00
5 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	R\$ 271.000,00
6 – Valor adicionado recebido em transferência (Receita Financeira)	R\$ 600,00
7 – Valor adicionado total a distribuir (5+6)	R\$ 271.600,00
8 – Distribuição do valor adicionado	R\$ 271.600,00
8.1.1 – Remuneração direta	R\$ 20.000,00
8.2) Impostos, taxas e contribuições	R\$ 81.464,00
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	
8.3.2- Aluguel	R\$ 12.000,00
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	
8.4.2 – Dividendos	R\$ 39.534,00
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	R\$ 118.602,00

Observações:

- 1 – Os terrenos possuíam valor de 80.000 e foram vendidos por 70.000, portanto, foram lançados na DRE e na DVA pela diferença de (10.000);
- 2 – Uma aplicação de 30.000, a juros de 2% ao ano, gera uma receita financeira de R\$ 600,00
- 3 – A remuneração de mão-de-obra terceirizada representa insumos adquiridos de terceiros.

Gabarito Preliminar→C



4) **(FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)**

55

Em 31/12/2016, a Cia. X apresentava os seguintes ativos em seu balanço patrimonial:

	2.016
Caixa	100.000
Estoques	40.000
Clientes	50.000
PECLD	- 1.500
Terreno para aluguel	120.000
Ativo Total	308.500

Na data, o estoque era composto por 100 unidades do produto P, sendo que cada unidade era vendida por R\$ 450. Além disso, o terreno era avaliado ao valor justo, enquanto seu custo era de R\$ 100.000.

Na elaboração do balanço patrimonial da Cia X, em 31/12/2017, verificou-se que

- a conta-caixa não havia considerado uma receita à vista em 2016 no valor de R\$ 25.000;
- o produto P estava sendo vendido por R\$ 380;
- a previsão para as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa era de 5%;
- o valor justo do terreno era de R\$ 130.000;
- o terreno passou a ser avaliado ao custo.

Assinale a opção que indica o valor do ativo total em 31/12/2017, em comparação ao de 31/12/2016, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

- (A) R\$ 310.500 e R\$ 308.500.
- (B) R\$ 315.500 e R\$ 308.500.
- (C) R\$ 310.500 e R\$ 313.500.
- (D) R\$ 310.500 e R\$ 333.500. —
- (E) R\$ 312.500 e R\$ 333.500. —

Comentários:

O caixa deve ser ajustado, uma vez que houve erro. Erro é ajustado retrospectivamente.

O produto P terá um ajuste prospectivo, já que o valor de realização será menor que o valor de custo. A perda será de R\$ 20,00 (400 – 380) por unidade, ou seja, 2.000,00.

A PDD terá de ser complementada, também prospectivamente, já que houve mudança de estimativa.

Como o terreno era avaliado a valor justo e depois passou a ser avaliado ao custo, essa é uma mudança de política contábil. Tal ajuste é feito retrospectivamente.



Balanço de 2016

Caixa	100.000 + 25.000 = 125.000
Estoques	40.000
Clientes	50.000
PECLD	(1.500)
Terreno	100.000
Ativo total	313.500,00

Balanço de 2017

Caixa	125.000
Estoques	40.000
Perda no estoque	(2.000)
Clientes	50.000
PECLD	(2.500)
Terreno	100.000
Ativo total	310.500,00

Gabarito → C.



5) **(FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)**

56

A Cia. B efetuou as seguintes transações, em 2017.

- Integralização de capital social, por meio de um imóvel no valor de R\$ 200.000;
- Compra de computadores, para pagamento em agosto de 2018, por R\$ 10.000; *X*
- Pagamento de empréstimo bancário, contraído em 2014 no valor de R\$ 30.000; *Consumiu*
- Pagamento de despesas diversas, no valor de R\$ 50.000; *-*
- Resgate de debênture, no valor de R\$ 18.000;
- Pagamento de dividendos, que haviam sido reconhecidos no ano anterior no valor de R\$ 15.000; *Consumiu*
- Venda de mercadorias à vista, por R\$ 300.000;
- Reconhecimento dos custos das mercadorias vendidas, no valor de R\$ 200.000;
- Compra de participação em empresa coligada, no valor de R\$ 40.000.

Sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Cia. B, com base nas recomendações do Pronunciamento Técnico CPC 03- Demonstração dos Fluxos de Caixa, assinale a afirmativa correta.

- (A) A atividade operacional gerou R\$ 50.000.
- (B) A atividade de investimento consumiu R\$ 70.000.
- (C) A atividade de investimento consumiu R\$ 88.000.
- (D) A atividade de financiamento consumiu R\$ 63.000.
- (E) A atividade de financiamento gerou R\$ 185.000.

Comentários:

Integralização de capital com terreno: não influencia a DFC.

Fluxo de financiamento

Empréstimo bancário	(30.000,00)
Pagamento de dividendos	(15.000,00)
Resgate de debêntures	(18.000,00)
Total	(63.000,00)

Fluxo operacional

Mercadorias à vista	300.000,00
Despesas diversas	(50.000,00)
Total	250.000,00



Fluxo de investimentos

Compra de ações em coligadas (40.000,00)

Gabarito Preliminar → D.

6) (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)

Um banco tem como política emprestar dinheiro apenas para sociedades empresárias que tenham índice de endividamento geral igual ou menor que 70%, sem considerar o efeito do dinheiro do empréstimo no ativo.
Uma sociedade empresária solicitou empréstimo de um banco. Seu balanço patrimonial era o seguinte:

Ativo Total		Passivo Total	
Ativo Circulante	150.000	Passivo Circulante	120.000
Ativo não Circulante		Passivo não Circulante	130.000
Ativo Realizável a LP	200.000	Patrimônio Líquido	400.000
Ativo Imobilizado	300.000		
Total do Ativo	650.000	Passivo + PL	650.000

Assinale a opção que indica o limite estabelecido pelo banco para o empréstimo solicitado.

- (A) R\$ 5.000.
- (B) R\$ 55.000.
- (C) R\$ 205.000.
- (D) R\$ 325.000.
- (E) R\$ 335.000.

$$\frac{250.000}{1.05} = \frac{250.000 \times 100}{105} = \frac{25000000}{105} = 238095,24$$

Comentários:

Endividamento Total (ED) ou Debt Ratio

Endividamento total ou Debt ratio

$$ET = \frac{\text{Exigível total}}{\text{Ativo}}$$

Vamos chamar a quantia máxima que a empresa poderá obter de empréstimo de "x". Para que o endividamento total da empresa seja no máximo de 70%, ela poderá tomar de empréstimo a seguinte quantia:

$$\frac{\text{Exigível Total}}{\text{Ativo}} = 0,70 \rightarrow \frac{120.000 + 130.000 + x}{650.000} = 0,70$$
$$\frac{250.000 + x}{650.000} = 0,70 \rightarrow 250.000 + x = 455.000 \rightarrow x = 205.000$$



Gabarito Preliminar →C

7) (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)

59

Uma sociedade empresária precisava comprar computadores para seus funcionários, de modo a expandir seus negócios. Para isso, ela contratou um especialista para indicar qual seria o melhor modelo. Por esse serviço pagou R\$ 2.000.

Após definido o modelo, ela comprou os computadores, cujo preço era R\$ 200.000. Como a compra era grande, conseguiu um desconto de 10% sobre o valor.

O frete para receber os computadores foi de R\$ 1.000. Além disso, para receber os computadores em segurança, contratou um seguro no valor de R\$ 500.

Quando os computadores chegaram à sociedade empresária, ela gastou R\$ 10.000, com um programa antivírus anual, e, R\$ 12.000, com os programas básicos essenciais para o funcionamento. Além disso, ofereceu um treinamento para seus funcionários, que custou R\$ 5.000.

Depois de concluído o treinamento, a sociedade empresária ofereceu uma festa para promover a expansão, na qual gastou R\$ 20.000. Além disso, gastou R\$ 14.000 em publicidade, com base na compra dos novos computadores.

A partir das informações acima, assinale a opção que indica o acréscimo no ativo da empresa com a compra dos computadores.

- (A) R\$ 181.000.
- ~~(B) R\$ 193.500.~~
- (C) R\$ 198.500.
- (D) R\$ 208.500.
- (E) R\$ 210.500.

Handwritten calculation:
2000
18000
1000
500

198000

Comentários:

O CPC 27 apresenta o custo do Ativo Imobilizado:

Custo do ativo imobilizado (CPC 27)	
Inclui	Não inclui
Preço de aquisição + Imposto Importação + Impostos não recuperáveis	Descontos comerciais e abatimentos
Preparação do local	Custos de abertura de nova instalação
Frete e manuseio por conta do comprador	Frete por conta do vendedor
Instalação e montagem	Propaganda e atividades promocionais
Testes	Custos de treinamento
Honorários profissionais (engenheiros, arquitetos, por exemplo)	Transferência posterior (novo local)



Custo do ativo imobilizado (CPC 27)	
Inclui	Não inclui
Custos de desmontagem (futuro, traz a valor presente)	Custos administrativos
Custo de remoção (futuro, traz a valor presente)	Outros custos indiretos
Outros custos diretamente atribuíveis	Remoção, desmontagem de máquinas antigas

Portanto, o custo dos computadores será de:

Custo de Aquisição	R\$ 200.000,00
(-) Desconto Incondicional	(R\$ 20.000,00)
(+) Frete e Seguros	R\$ 1.500,00
(+) Software Essencial ao funcionamento	R\$ 12.000,00
= Total	R\$ 193.500,00

Observações:

1- Os gastos com a remuneração do especialista, não entra no custo do Imobilizado, pois não incorre diretamente para colocar o Ativo em condições de uso.

2 – Segundo o CPC 04, alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como um disco (como no caso de software), documentação jurídica (no caso de licença ou patente) ou em um filme. Para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado ou como ativo intangível, nos termos do presente Pronunciamento, a entidade avalia qual elemento é mais significativo. Por exemplo, um software de uma máquina-ferramenta controlada por computador que **não funciona sem esse software específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado**. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o **software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível**. Portanto, o software antivírus de R\$ 10.000 deve ser tratado como Ativo Intangível, pois não é parte integrante dos computadores. Por sua vez, software básico, essenciais ao funcionamento do computador, integram o seu custo.

Gabarito Preliminar → C



8) **.(FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)**
60

A Cia Beta apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial de 31/12/2015: Caixa: R\$ 200.000 e Capital Social: R\$ 200.000.

Em 01/01/2016 a sociedade empresária comprou um veículo por R\$ 40.000 à vista. A vida útil estimada é de dez anos e a sociedade empresária não considerava valor residual. A depreciação do veículo para fins fiscais é de cinco anos.

Ainda no ano de 2016, ela auferiu receitas de serviços no valor de R\$ 100.000. Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 120.000. A sociedade empresária apresentava fortes perspectivas de lucros nos anos seguintes.

No ano de 2017, ela auferiu Receitas de Serviços no valor de R\$ 150.000. Já os custos dos serviços prestados foram de R\$ 130.000.

Em 31/12/2017, o imposto sobre a renda corrente e o imposto sobre a renda diferido da sociedade empresária, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32, Tributos sobre o Lucro, considerando a alíquota de imposto sobre a renda e a contribuição social fixa de 34%, são, respectivamente,

(A) R\$ 2.856 e R\$ 2.584.

(B) R\$ 2.856 e R\$ 1.360. →

(C) R\$ 4.080 e R\$ 1.360. ↖

(D) R\$ 5.440 e zero.

(E) R\$ 5.440 e -R\$ 1.224.

Comentário:

Segundo o CPC 32, Tributo corrente é o valor do tributo devido (recuperável) sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período.

A depreciação anual contábil é de \$4000, e a depreciação anual para o IR é de \$8.000.

A empresa teve prejuízo em 2016, o qual deverá ser compensado com o lucro dos períodos seguintes.

Em 2017, o Lucro Real (base para o IR) é o seguinte:

Lucro Real (para o IR) - 2017	\$
Receita de serviços	150.000
Custo dos Serviços	-130.000
Lucro Bruto	20.000
Depreciação Fiscal	-8000



Lucro Antes do IR	12.000
-------------------	--------

Como a empresa teve prejuízo em 2016, pode abater 30% do lucro de 2017. O cálculo do IR corrente fica assim.

Lucro Antes do IR	12.000
Compensação prejuízos fiscais (30% Lucro)	-3600
Base para Imposto de Renda	8.400
IR e CSLL Corrente (34%)	2.856

Imposto sobre a Renda Diferido:

A diferença entre a depreciação Fiscal e a depreciação contábil é de \$4.000, assim temos:

$$\$4.000 \times 34\% = 1.360.$$

Gabarito Preliminar → B

9) **(FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)**

No conjunto completo das Demonstrações Contábeis, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, está a Demonstração do Resultado Abrangente.

Assinale a opção que indica o item que deve ser evidenciado na Demonstração como "Outros Resultados Abrangentes".

- (A) O valor de mercado dos instrumentos financeiros mantidos para negociação.
- (B) O efeito cambial sobre as dívidas no exterior.
- (C) Os ganhos e as perdas na remensuração de ativos não circulante mantidos para venda.
- (D) Os ganhos e as perdas advindos de instrumentos de *hedge*, em operação de *hedge* de valor justo.
- (E) Os ganhos e as perdas atuariais em planos de pensão com benefícios definidos reconhecidos.

Comentários:

O CPC 26 apresenta a definição de Outros Resultados Abrangentes e apresenta exemplos desses itens:

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na



demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC.

Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- (a) variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente (ver Pronunciamentos Técnicos CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 04 – Ativo Intangível);
- (b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos conforme item 93A do Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados;
- (c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior (ver Pronunciamento Técnico CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis);
- (d) ganhos e perdas resultantes de investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5 do CPC 48 – Instrumentos Financeiros; (Alterada pela Revisão CPC 12) (da) ganhos e perdas em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 4.1.2A do CPC 48; (Incluída pela Revisão CPC 12)
- (e) parcela efetiva de ganhos e perdas de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa e os ganhos e perdas em instrumentos de hedge que protegem investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5 do CPC 48 (ver Capítulo 6 do CPC 48); (Alterada pela Revisão CPC 12)
- (f) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48); (Incluída pela Revisão CPC 12)

Das opções apresentadas, a que está de acordo com o CPC 26 é a alternativa “E”.

Gabarito Preliminar → E



10) (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)

62

Na última versão do Pronunciamento Técnico CPC00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a característica “essência sobre a forma” foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna.

Assinale a opção que indica o motivo porque a “essência sobre a forma” foi retirada.

- (A) Sua presença, junto à representação fidedigna, foi considerada uma redundância.
- (B) Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da neutralidade.
- (C) ~~Ela foi considerada inconsistente à característica qualitativa da tempestividade.~~
- (D) ~~As normas contábeis norte-americanas não incluem a essência sobre a forma em sua estrutura conceitual.~~
- (E) Sua presença deixou de ser exigida nas normas internacionais.

Comentários:

Questão que cobra literalidade do CPC 00, vejamos:

A característica essência sobre a forma foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna, **por ser considerado isso uma redundância**. A representação pela forma legal que difira da substância econômica não pode resultar em representação fidedigna, conforme citam as Bases para Conclusões. Assim, essência sobre a forma continua, na realidade, bandeira insubstituível nas normas do IASB.

Gabarito Preliminar → A



11) (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)

63

Em 01/01/2016, uma empresa de auditoria contábil assinou um contrato de arrendamento mercantil de um terreno no valor de R\$ 60.000 pelo prazo de cinco anos, com a intenção de alugá-lo para terceiros. Não há transferência de riscos e de benefícios inerentes ao terreno para a empresa de auditoria.

A operação deve ser reconhecida contabilmente como se fosse

- (A) arrendamento mercantil operacional.
- (B) arrendamento mercantil financeiro.
- (C) *leaseback*.
- (D) financiamento.
- (E) pagamento contingente.

Comentários:

Se os **riscos e benefícios** do ativo ficam com o **arrendatário**, será **arrendamento mercantil financeiro**. Se os **riscos e benefícios** ficam com o **arrendador**, será arrendamento mercantil **operacional**.

Gabarito→A



12) (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)

64

Em 01/01/2013, a Cia. K iniciou a pesquisa e o desenvolvimento do projeto de um sistema capaz de gerar maior controle sobre as suas atividades. O projeto durou três anos, tendo os seguintes gastos:

2013- R\$ 200.000.

2014- R\$ 300.000.

2015- R\$ 500.000.

Além disso, sabe-se que:

- Em 2013, o projeto ainda estava na fase inicial da pesquisa e a empresa considerava a possibilidade de não ter sucesso com ele.
- Em 2014, a empresa iniciou a fase de desenvolvimento. Ao efetuar uma pesquisa de mercado, percebeu que não haveria demanda para o sistema, devido ao preço. No entanto, decidiu manter o projeto em curso normal, esperando que mudanças pudessem ocorrer.
- Em 2015, há repercussão mundial e a empresa consegue projetar uma demanda suficiente para justificar a produção em larga escala. Além disso, todos os critérios de reconhecimento dos gastos com desenvolvimento do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível foram atendidos. No final do ano o projeto é concluído.
- Em 2016, o projeto é lançado ao mercado. Na data, a empresa estima que o sistema irá trazer benefícios econômicos durante os cinco anos seguintes, a partir de 01/01/2016. Em 31/12/2016, a empresa efetua um teste de recuperabilidade e constata que o valor recuperável na data é de R\$ 550.000.
- Em 2017, as vendas melhoraram e no teste de recuperabilidade, de 31/12/2017, a empresa considera que terá retorno de R\$ 600.000 nos anos remanescentes de venda.

Assinale a opção que indica o valor contábil do sistema, em 01/01/2018.

(A) R\$ 200.000.

(B) R\$ 300.000.

(C) R\$ 412.500.

(D) R\$ 440.000.

(E) R\$ 600.000.

Comentários:

2013 → Fase de Pesquisa → R\$ 200.000,00 (despesa)

2014 → Fase de Desenvolvimento → não há demanda pelo projeto → ainda não é possível reconhecer o gasto como Intangível → vai para despesa.

2015 → Fase de Desenvolvimento → Critério de reconhecimento atingidos → reconhece R\$ 500.000,00 no custo do Intangível

2016 → O Ativo Intangível deve ser amortizado, usando a vida útil de 5 anos.

Amortização em 2016 = $500.000/5 = R\$ 100.000,00$



Valor Contábil Líquido = $500.000 - 100.000 = R\$ 400.000,00$
Valor Recuperável = $500.000,00$

Conforme determinação do CPC 01, **não precisamos efetuar nenhum ajuste**, pois o valor recuperável é maior do que o valor contábil líquido.

2017 → Amortização em 2017 = $500.000/5 = R\$ 100.000,00$
Valor Contábil Líquido = $500.000 - 200.000 = R\$ 300.000,00$
Valor Recuperável = $600.000,00$

Não precisamos efetuar nenhum ajuste, pois o valor recuperável é maior do que o valor contábil líquido.

Portanto, em 01.01.2018, o valor contábil do sistema será $500.000 - 200.000 = R\$ 300.000,00$

Gabarito Preliminar → B



13) (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)

65

Em 02/01/2017, a Cia. A possuía 50% das ações totais e votantes da Cia. B, exercendo controle compartilhado com a Cia. C. Na data, o patrimônio líquido da investida era de R\$ 100.000.

Em 03/01/2017, a Cia. A comprou da Cia. C, à vista, o equivalente a 50% das ações totais e votantes remanescentes da Cia. B, pagando R\$ 70.000 à vista.

Assinale a opção que indica o impacto da operação, se existente, na Demonstração do Resultado do Exercício da Cia. A.

(A) Receita de R\$ 20.000.
(B) ~~Reserva de lucro de R\$ 20.000.~~
(C) Goodwill de R\$ 20.000.
 (D) Ajuste a valor patrimonial de R\$ 20.000.
(E) Não há impacto.

Comentário:

A contabilização na Cia A fica assim:

D – Investimento Cia C (Ativo)	70.000
C – Caixa (Ativo)	70.000

O investimento deve ser controlado nas seguintes sub-contas:

Valor patrimonial	50.000
Goodwill	20.000

No momento da aquisição, não há impacto no resultado do exercício.

Gabarito → E



14) (FGV/SEFIN-RO/Auditor Fiscal de Tributos Estaduais/2018)

A Cia. Um possui 80% de participação na Cia. Dois.
 Em 31/12/2016, o Balanço Patrimonial das duas empresas eram os seguintes:

	Cia Um	Cia Dois
Caixa	1.200	1.000
Investimentos	800	Estoque - 1.000
Goodwill- Cia Dois	500	
Ativo Total	1.300	1.000
Capital Social	1.300	1.000
PL Total	1.300	1.000

Em 2017, aconteceram os fatos a seguir.

- A Cia. Dois comprou 10 unidades de estoque, por R\$ 100 cada, à vista.
- A Cia. Dois vendeu as 10 unidades para a Cia Um por R\$ 120 cada, a prazo.
- A Cia. Um vendeu 8 unidades de estoque para terceiros, por R\$ 150 cada, à vista.

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o valor do Patrimônio Líquido Consolidado da Cia. Um, em 31/12/2017.

(A) R\$ 1.300.
 (B) R\$ 1.660.
 (C) R\$ 1.700.
 (D) R\$ 1.900.
 (E) R\$ 2.620.

Handwritten calculations:
 1.200
 + 120
 - 100
 = 1.320
 + 1.300
 = 2.620

Comentário:

Vejamos a contabilização:

Cia Dois

Compra de mercadoria:

D – Estoque (Ativo) 1000
 C – Caixa (Ativo) 1000

Venda para Cia Um:

D – Contas a Receber (ativo) 1200
 C – Receita de Vendas (Resultado) 1200

D – CMV (Resultado) 1000
 C – Estoque (Ativo) 1000



Lucro da Cia Dois: $1200 - 1000 = 200$ (consideramos que o lucro foi transferido para reservas, no PL).

Cia Um:

Compra de estoque da Cia Dois:

D – Estoque (Ativo)	1.200
C – Contas a pagar – Cia Dois (Passivo)	1.200

Venda para terceiros de 8 unidades por 150 cada, a vista:

D – Caixa (Ativo)	1.200
C – Receita de vendas (Resultado)	1.200

D – CMV (Resultado)	960
C – Estoque (Ativo)	960

Eliminação dos lucros não realizados referente a duas unidades em estoque

D – Lucro não realizado (Resultado)	40
C – Estoque (Ativo)	40

Consolidação:

	Cia Um	Cia Dois	Soma	Débito	Crédito	Consolidado
Caixa	1200		1200			1200
contas a receber - Cia Um		1200	1200		1200	0
Estoque	200		200			200
Investimento	800		800		800	0
Goodwill	500		500		500	0
Intangível				500		500
Ativo Total	2700	1200	3900			1900
Contas a pagar - Cia Dois	1200		1200	1200		0
Capital Social	1300	1000	2300	1000		1300
Reservas	200	200	400	40		360
Minoritários			0		240	240
PL total	2700	1200	3900			1900

Valor do PL da Cia Um = $1300 + 360 = 1.660$

O valor de 240 pertence aos acionistas minoritários.

Outra forma de resolver:

O PL da Cia Um passou a ser de $1300 + 200$ (referente ao lucro da venda de 8 unidades, menos o lucro não realizado de 40 nos estoques).



A Cia Dois obteve lucro de 200. Como a Cia Um tem 80%, pela equivalência patrimonial o PL da cia Um aumenta $\$200 \times 80\% = 160$.

$$1300 + 200 + 160 = 1.660.$$

Gabarito → B